

PERIFERIAS E ESPAÇOS RURAIS

Comunicações do
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCÍPIA

Periferias e Espaços Rurais

Comunicações apresentadas ao
II Congresso de Estudos Rurais

PRINCIPIA

principia@principia.pt · www.principia.pt

Principia Editora, Lda.

Av. Marques Leal, 21 · 2765-495 S. João do Estoril · Portugal
Tel.: +351 214 678 710 · Fax: +351 214 678 719
principia@principia.pt · www.principia.pt

PRINCIPIA
EDITORA

Título <i>Periferias e Espaços Rurais</i> <i>– Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais</i>	Código Cliente
Autores Vários	Factura N.º
Editora PRINCIPIA	Data / /
ISBN 978-972-8818-99-9	Preço € ,
	<input type="checkbox"/> FIRME <input type="checkbox"/> SN <input type="checkbox"/> CONSIGNAÇÃO

Título

Periferias e Espaços Rurais

– *Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*

Coordenadores

Tomaz Dentinho

Orlando Rodrigues

Edição e copyright

Princípia, Estoril

1.^a edição – Outubro de 2007

© Princípia Editora, Lda.

Design da capa Maia Moura Design • **Execução gráfica** Tipografia Peres

ISBN 978-972-8818-99-9 • **Depósito legal** 262486/07

Princípia

Av. Marques Leal, 21 – 2765-495 S. João do Estoril • Portugal

Tel.: +351 214 678 710 • Fax: +351 214 678 719 • principia@principia.pt • www.principia.pt

Tomaz Dentinho
Orlando Rodrigues

Periferias e Espaços Rurais

Comunicações apresentadas ao
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCIPIA

Tema 2

Amenidades Ambientais e Desenvolvimento Rural

Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues

As relações entre desenvolvimento e ambiente são normalmente analisadas de pontos de vista opostos. Os pessimistas (MEADOWS *et al.*, 1992) assumem que o produto económico e a população crescem exponencialmente exercendo uma pressão crescente sobre o ambiente e sobre os recursos naturais, o que irá provocar, segundo os autores, o colapso do próprio sistema económico criando situações graves de desemprego, decréscimo abrupto da produção alimentar e redução acentuada da população. Os optimistas (SIMON, 1981) argumentam que, historicamente, os seres humanos sempre foram capazes de ultrapassar os problemas de escassez dos recursos naturais e das externalidades negativas provocadas pela criação de resíduos.

De qualquer forma, este pressuposto optimista de que os homens resolvem e resolverão os problemas criados pelo desenvolvimento sobre o meio-ambiente depende da capacidade económica e institucional para enfrentar não só os problemas de escassez dos recursos naturais, mas sobretudo os problemas ligados à incerteza: incerteza acerca dos impactos das acções do homem no meio ambiente e incerteza sobre as reacções dos homens face aos problemas ambientais (PINDYCK, 2007).

Os textos desta segunda parte sobre amenidades ambientais e desenvolvimento rural têm a ver fundamentalmente com estas incertezas. Incertezas resultantes da reacção das pessoas e das instituições na proximidade dos recursos que são explorados. Incertezas também sobre os efeitos das políticas que são implementadas. Incertezas que, ao fim e ao cabo, são provenientes de fora do sistema de proximidades onde se sentem as amenidades do ambiente e onde se beneficia do desenvolvimento rural.

De notar que as reacções das pessoas e das instituições na proximidade nem sempre foram tão boas como pressupõe a visão optimista sobre a relação entre desenvolvimento e ambiente. Na verdade, ao contrário do que vem apresentado nas curvas invertidas de Kuznets, sobre a evolução no tempo dos indicadores de água potável, saneamento e poluição atmosférica urbana (TIETENBERG, 2003, p. 9), existem também dados dramáticos acerca da sobreutilização dos bens globais de livre acesso como os recursos marinhos ou a capacidade de controlo climático da atmosfera. Como nos reporta Jaret DIAMOND (2005), a história é rica em colapsos civilizacionais motivados por falta de capacidade dos homens para adaptarem as suas instituições à escassez de recursos naturais e ambientais. E se tentarmos olhar para casos menos espectaculares, como o colapso da ilha da Páscoa ou a degradação da civilização maia, perceberemos que, à pequena escala dos mundos rurais, e motivados por mudanças ambientais provocadas pelo homem, também há «colapso do sistema económico, criação de situações graves de desemprego, decréscimo abrupto da produção alimentar e redução acentuada da população».

É o que se passa quando a especialização produtiva de uma região deixa de ser competitiva, tornando redundantes os espaços adaptados que foram sendo criados. A questão é saber se existe capacidade humana e institucional para reaproveitar esses espaços e reabilitar o sistema económico dessas regiões. É também o que ocorre em zonas que estão em processo de desertificação dos solos pela acção dos homens. Será que as comunidades locais têm capacidade para se auto-regularem e inverterem a tendência desertificadora? É o que parece acontecer quando políticas externas à região impõem medidas mais ou menos desajustadas dos problemas locais. Será que as entidades externas e internas têm possibilidade de definir objectivos e políticas comuns? Concretamente no que se refere à política de criação de áreas protegidas, a questão que importa levantar é se fazem sentido as políticas de conservação da natureza baseadas na criação destas áreas, quando são implementadas ao revés das atitudes e percepções das populações dessas áreas. Para além do mais, trabalhos recentes vêm demonstrar que não existem diferenças estatisticamente significativas entre a conservação da natureza dentro e fora de áreas florestais protegidas (HAYES, 2006).

Conflitos nas áreas protegidas

Os textos apresentados dão algum esclarecimento sobre estas perguntas. Os dois primeiros reportam e analisam os conflitos registados no Parque Natural da

Peneda-Gerês entre, por um lado, as instituições públicas que protegem os recursos naturais e, por outro lado, as populações que vivem directamente desses mesmos recursos.

O artigo de Elisabete Figueiredo (Capítulo 7) constata que existe um conflito latente entre as posições conservacionistas do Estado e as vivências dos residentes das áreas protegidas. Nas áreas protegidas do litoral, os conflitos são entre as medidas de conservação e as pressões turísticas e urbanísticas. Nas áreas protegidas mais remotas, os problemas estão associados aos incêndios, à caça furtiva, à degradação e à alteração arquitectónica, bem como à desertificação humana. Curiosamente, os resultados do inquérito realizado indicam que os responsáveis pelas áreas protegidas consideram que a sua implementação deu um contributo importante em termos de desenvolvimento social e económico. No entanto, a maioria da população que reside em espaços protegidos encara os benefícios deste facto de forma muito desigual. Finalmente, os turistas utilizam estas áreas mais pelos seus aspectos naturais do que pelas suas características rurais. O trabalho de Laura Larcher Graça e Sara C. M. Simões (Capítulo 8) sobre a florestação do Parque Nacional de Peneda-Gerês conclui o seguinte: primeiro, que a população não associa o parque ao território onde vive e não se identifica com os investimentos feitos pelo Estado; segundo, que existe uma grande dependência do baldio, sobre o qual estão a aumentar os usos não tradicionais.

De notar que este tipo de conflitos existe em muitas outras áreas onde as florestações implementadas pelos responsáveis dos parques são feitas em terras baldias utilizadas pela população local para o pastoreio (PFEFFER, 2005; FEARNSIDE, 2003). Conflitos esses que podem ser substanciais, na forma de proceder, ou meramente pessoais (NIEMELÄ *et al.*, 2005). No entanto, os conflitos podem ser resolvidos (KOSOY *et al.*, 2007) pelo pagamento dos custos de oportunidade da conservação da natureza, embora isso possa induzir alterações nas percepções sociais sobre os direitos de propriedade. Ou, melhor ainda, são naturalmente resolvidos pela constatação de que os maneios aplicados aos locais pelos gestores privados do território são também os que melhor defendem a conservação da natureza, como acontece com grande parte da floresta mediterrânica humanizada (ARRIAZA *et al.*, 2004).

Percepções ambientais

Os três textos seguintes redimem de alguma forma a visão pessimista e de conflito dos dois textos anteriores. De facto, têm a ver com as percepções e atitudes

das pessoas face ao meio ambiente e não estão ligados à capacidade de intervenção e explicitação de objectivos e valores dos agentes.

Rosalina Gabriel e Emiliania Silva (Capítulo 9) apresentam algumas metodologias utilizadas para estimar as atitudes da população face ao ambiente, nomeadamente as que se referem ao novo paradigma ambiental (NPA). Os resultados do inquérito mostram que a maioria da população inquirida se insere dentro dos valores do NPA, sobretudo os mais jovens e com maior nível de escolaridade. Neste estudo conclui-se ainda que a adopção, ou não, de práticas agrícolas protectoras do ambiente depende das influências sociais, mas também do seu acesso à informação.

No Capítulo 10, Gonçalo José Poeta Fernandes justifica a evolução dos conceitos sobre os espaços de montanha, inicialmente percebidos como áreas de grandes imposições físicas e de fortes condicionalismos ao desenvolvimento de actividades económicas, especialmente as montanhas mediterrânicas. Na actualidade, segundo aquele autor, assiste-se a uma revalorização dos espaços de montanha, cujas fragilidade e especificidade implicam a existência de intervenções no sentido do seu ordenamento, por forma a manter velhos e novos usos e funções.

Finalmente, o artigo de Júlia Carolino, no Capítulo 11, reporta uma pesquisa etnográfica realizada na aldeia alentejana e conclui que, apesar de as formas de representar o território se apoiarem normalmente em realidades perenes, como é o caso da orografia e da toponímia antiga, o sentido dos conceitos está associado a dimensões menos perenes, tais como as actividades humanas em relação com o território.

Dito de outra forma, as percepções das pessoas adaptam-se à realidade ambiental, tecnológica, económica e institucional que têm de enfrentar. Mesmo quando há perspectivas religiosas sobre as atitudes perante a natureza (HUNTER *et al.*, 2005), essas atitudes tornam-se menos consistentes com a prática, até por processos que evitam custos e maximizam benefícios. Por outro lado, os grupos que são fortemente contra a criação de áreas protegidas são também aqueles que manifestam uma marcada identidade regional e sentido de pertença (BONAIUTO, 2002).

Se associarmos isto ao facto de os grupos ambientais serem também aqueles que têm maior participação pública (OWEN *et al.*, 2006) e de as atitudes face ao meio ambiente da população estarem associadas aos seus próprios valores (SCHULTZ, 1999), então poderemos explicitar a hipótese de que a escolha pública nas áreas protegidas carece de ser redefinida, tanto mais que o posicionamento ambiental varia fortemente com as gerações e com as regiões (YAMASHITA, 2002).

Referências bibliográficas

- ARRIAZA, M., CAÑAS-ORTEGA, J. F., CAÑAS-MADUEÑO, J. A. e RUIZ-AVILES, P. (2004), «Assessing the Visual Quality of Rural Landscapes», in *Landscape and Urban Planning*, Elsevier, vol. 69, Issue 1, 15 de Julho de 2004, pp. 115-125.
- BONAIUTO, Marino, CARRUSA, Giuseppe, MARTORELLA, Helga e BONNESA, Mirilia (2002), «Local Identity Processes and Environmental Attitudes in Land Use Changes: The Case of Natural Protected Areas», in *Journal of Economic Psychology*, Elsevier, vol. 23, Issue 5, Outubro de 2002, pp. 631-653.
- DIAMOND, Jaret (2005), *Collapse, How Societies Choose to Fail or Success*, New York, Viking, 2005.
- FEARNSIDE, Philip M. (2003), «Conservation Policy in Brazilian Amazonia: Understanding the Dilemmas», in *World Development*, vol. 31, Issue 5, Maio de 2003, pp. 757-779.
- HAYES, Tanya M. (2006), *Parks, People, and Forest Protection: An Institutional Assessment of the Effectiveness of Protected Areas*. *World Development*, vol. 34, Issue 12, Dezembro de 2006, pp. 2064-2075.
- HUNTER, Lori M. e TONEY, Michael B. (2005), «Religion and Attitudes toward the Environment: a Comparison of Mormons and the General U.S. Population», in *The Social Science Journal*, vol. 42, Issue 1, 2005, pp. 25-38.
- KOSOY, Nicolas, MARTINEZ-TUNA, Miguel, MURADIAN, Roldan e MARTINEZ-ALIERA, Joan (2005), «Payments for Environmental Services in Watersheds: Insights from a Comparative Study of Three Cases in Central America», in *Ecological Economics*, vol. 61, Issues 2-3, 1 de Março de 2007, pp. 446-455.
- MEADOWS, Donella, MEADOWS, Dennis e RANDERS, Jorden (1992), *Beyond the Limits*, White River, VT, Chelsea Green Publishing Co.
- NIEMELÄ, Jari *et al.* (2005), «Identifying, Managing and Monitoring Conflicts between Forest Biodiversity Conservation and Other Human Interests in Europe», in *Forest Policy and Economics*, Elsevier, vol. 7, Issue 6, Novembro de 2005, pp. 877-890.
- OWEN, Ann L. e VIDERAS, Julio (2006), «Civic Cooperation, Pro-Environment Attitudes, and Behavioral Intentions», in *Ecological Economics*, vol. 58, Issue 4, 1 de Julho de 2006, pp. 814-829.
- PFEFFER, Max J., SCHLELHAS, John W., DEGLORIA, Stephen D. e GOMEZ, Jorge (2005), «Population, Conservation, and Land Use Change in Honduras», in *Agriculture, Ecosystems & Environment*, vol. 110, Issues 1-2, 1 Outubro de 2005, pp. 14-28.
- PINDYCK, Robert S. (2007), «Uncertainty in Environmental Economics», in *Review of Environmental Economics and Policy*, vol. 1, n.º 1, Inverno de 2007, pp. 45-65.
- SCHULTZ, P. WESLEY e LYNNETTE, Zelezny, «Values as Predictors of Environmental Attitudes: Evidence for Consistency Across 14 Countries», in *Journal of Environmental Psychology*, Elsevier, vol. 19, Issue 3, Setembro de 1999, pp. 255-265.
- SIMON, Julian (1981), *The Ultimate Resource*, EUA, Princeton University Press.

TIETENBERG (2003), *Environmental and Natural Resource Economics*, EUA, Pearson Education, Inc.

YAMASHITA, Sampei (2002), «Perception and Evaluation of Water in Landscape: Use of Photo-Projective Method to Compare Child and Adult Residents. Perceptions of a Japanese River Environment», in *Landscape and Urban Planning*, vol. 62, Issue 1, 20 de Dezembro de 2002, pp. 3-17.